



CARTA TRIMESTRAL

ROOT CAPITAL CRÉDITO HG PLUS FIC FIM CP

ABRIL 2023

ABRIL 2023

ROOT CAPITAL CRÉDITO HG PLUS

COMENTÁRIO DO GESTOR

O mercado de crédito está em crise?

Ocorrerão novos casos de default?

Até onde vai a abertura de spreads?

Essas são três das perguntas com as quais mais temos nos deparado nos últimos meses, desde o debacle de Lojas Americanas.

Nossa percepção é que os investidores estão monitorando de perto o mercado de crédito privado para retomar as alocações tão logo as respostas para as perguntas acima sejam satisfatoriamente respondidas. Afinal, no cenário global vivido hoje, de desaceleração econômica, inflação alta, aumento de juros e até mesmo conflitos geopolíticos, nos parece menos complexo identificar boas empresas que irão honrar seus compromissos no prazo acordado, do que estimar a direção de moedas, juros futuros e bolsa, para citar alguns exemplos. Além disso, o carregado proporcionado pelo CDI alto é um forte imã de atração de recursos. Mas, é claro, ninguém deseja segurar a faca caindo...

Não pretendemos aqui trazer respostas definitivas para essas questões, mas buscaremos nessa Carta compartilhar nossa visão sobre esses temas que estão *na ordem do dia* com nossos investidores.

Primeiramente, cumpre aceitar que o mercado de crédito vive o fim de um ciclo de expansão longo, que no mundo começou após a Grande Recessão de 2008 e no Brasil, por motivos políticos, começou em 2016. Foram anos de expansão monetária forte, com juros baixíssimos, que fomentaram políticas de investimento robustas por parte das empresas e maior endividamento por parte das famílias. Interessante notar que, nesse período, houve um evento com potencial de gerar uma hecatombe no mercado de crédito, a pandemia de Covid-19. No entanto, a pronta reação dos governos ao injetar volumes altíssimos de recursos na economia através de linhas de crédito para pessoa jurídica, auxílio emergencial para pessoas físicas, e via política monetária ultra expansionista, fez com que um *cisne negro* que deveria ter agido como um freio no ímpeto empresarial se tornasse, na verdade, um acelerador de gastos. Motivados pela volta robusta da demanda após o período de reclusão, a necessidade de digitalização de determinados setores, e oportunidades de consolidação de concorrentes enfraquecidos, muitas empresas aumentaram substancialmente seus investimentos, justamente em um momento em que o ciclo de expansão de liquidez se encerrava. Outras empresas se endividaram simplesmente para tentar sobreviver,

“estratégia” que funcionou durante o período em que as taxas de juros estavam artificialmente baixas.

Seja por um motivo ou por outro, muitas empresas chegaram ao final de 2022 com endividamento maior, pagando taxas de juros nominais nos seus financiamentos 4 ou 5 vezes mais altas do que quando os empréstimos foram tomados, e com necessidades de refinanciamento em um momento de restrição de liquidez. Esse quadro, sem dúvida, inspira cautela e parece indicar o fim do período de expansão de crédito.

Porém, podemos também chancelar que existe uma crise no mercado de crédito?

Um *credit crunch* se forma quando as condições econômicas se deterioram de tal forma que os agentes financeiros se tornam significativamente menos propensos a emprestar recursos para os tomadores de crédito. A desaceleração que estamos vendo nas concessões de crédito, como mostraremos na seção seguinte dessa Carta, com base numa perspectiva histórica, nos parece mais típica de um momento de fim de ciclo de expansão do que de um cenário de crise, ou de *credit crunch*. Além disso, apesar dos bancos terem “fechado a torneira” nesse primeiro trimestre, parte dessa desaceleração é causada pela menor demanda dos próprios tomadores de empréstimos, impactados pelo longo ciclo de aumento da taxa de juros, que já reverbera pela economia. Já começamos também a ver movimentação para novas emissões no mercado primário, ainda que inicialmente pelos emissores de primeira linha, o que demonstra que o mercado de capitais segue cumprindo sua função, ainda que em condições menos atraentes do que no passado, o que, novamente, é de se esperar em um momento de fim de ciclo.

O fim dos ciclos econômicos e a falência de empresas, além de serem inerentes ao capitalismo, são ferramentas importantíssimas para corrigir os excessos de tempos passados. Isso vale tanto para a economia de modo geral, como para qualquer ativo financeiro, seja crédito, bolsa, commodities ou criptomoedas. É uma forma de seleção natural, de limpar o que não está dando certo e fortalecer aqueles mais preparados para enfrentar o próximo ciclo. Nesse contexto, o que mais nos surpreende não é que empresas estejam entrando em recuperação judicial nesse momento, e sim que tenhamos passado quase sete anos sem notícias de grandes recuperações judiciais no Brasil.

Mas ocorrerão novos casos de default?

A resposta é: provavelmente sim. No entanto, esses períodos mais conturbados representam grandes oportunidades de reprecificação de ativos. É quando os prêmios voltam a remunerar adequadamente os riscos sendo tomados. Nessas horas, é possível encontrar empresas excelentes, com estruturas de capital muito sólidas, líderes em seus setores, fazendo emissões de crédito no mercado primário com taxas não vistas há muito tempo. É um belo momento para alocação de recursos. Cabe aos gestores dos fundos de crédito navegar esse momento com cautela, gerenciando de forma eficiente suas posições de caixa, prazo médio das carteiras e políticas de diversificação.

E aqui entra o ponto mais importante, que não deixa de ser um tanto quanto óbvio. Para se aproveitar esse momento, é necessário estar com uma boa posição de caixa ou alocado em ativos

que sofram pouco com as aberturas de spreads no mercado secundário. Do contrário, para cada oportunidade que se quiser aproveitar, será preciso realizar um prejuízo na venda de um ativo, e o ganho futuro servirá apenas para abater as perdas presentes.

Portanto, nesse momento de maior cautela, para se beneficiar do aumento de spreads sem cair na armadilha das *baleias* que ainda poderão ficar pelo caminho, é necessário, além de um trabalho diligente e profundo de análise, também uma estratégia de diversificação que não obrigue o gestor a ter todos os papéis disponíveis no mercado. Pois, nessas situações, por definição, qualquer nova recuperação judicial certamente impactaria os portfólios e traria prejuízo aos investidores.

Em outras palavras, não é porque provavelmente teremos novas recuperações judiciais, que esse não seja o momento de aproveitar o substancial aumento de spreads que estamos vivenciando nos mercados primário e secundário de crédito. Mas para usar uma expressão que tem se tornado lugar-comum, é preciso mais do que nunca separar o joio do trigo...

Finalmente, uma preocupação constante dos investidores é até onde vai a abertura de spreads no mercado secundário e se já atingimos alguma estabilização. *A faca parou de cair?*

Entendemos que em eventos de crédito com potencial de contágio, como foi o caso de Lojas Americanas, o mercado geralmente responde em três estágios. Num primeiro momento, os spreads sobem de forma errática e significativa, geralmente sem separar o que é bom do que é ruim. É a hora de ter uma maior posição em caixa, pois possivelmente o que for comprado gerará prejuízo automático, com as remarcações tendo mais impacto do que o carregamento positivo do próprio ativo.

No segundo estágio, os resgates diminuem e o mercado já consegue raciocinar. Aqui acontece a separação das empresas em boa forma, com pouca alavancagem, daquelas que de fato podem vir a ter problemas de crédito, seja por questões de liquidez ou de solvência. Nesse estágio, os papéis já passaram pela primeira grande leva de abertura de spreads, e para os ativos de alta qualidade, já começa a fazer sentido a alocação, pois o carregamento desses papéis compensa eventuais pequenas remarcações que ainda possam vir a acontecer. No caso das empresas de pior qualidade, ainda não é a hora de entrar, por dois motivos: as remarcações ainda podem ser substanciais, e mais do que isso, ainda é bem difícil ter certeza de quem ficará pelo caminho. Uma escolha errada desse grupo, e o gestor que tentou ser herói pode virar o vilão.

No último estágio, o mercado já recobrou a sua organização, liquidez e racionalidade. Mesmo as empresas em piores condições já começam a se diferenciar, e fica mais fácil separar quais são as que irão se recuperar daquelas que tombaram permanentemente para o segmento high yield ou Distressed. Os papéis das melhores empresas, adquiridos no Estágio 2, provavelmente já terão passado por uma primeira leva de valorização. Nesse momento, investimentos disciplinados em papéis com maior capacidade de entregar ganho de capital começam a fazer sentido.

Entendemos que, nessa data, estamos iniciando a caminhada pelo Estágio 2. Alguns fatores de risco ainda pairam no horizonte: (i) resultados do primeiro semestre ainda deverão trazer impactos do aumento de juros e aumento de alavancagem das empresas, (ii) spreads negociados no secundário de algumas empresas ainda estão acima de marcações da Anbima (Associação Brasileira das

Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), (iii) novas emissões no mercado primário com taxas mais altas podem pressionar alguns papéis, e (iv) mercado com técnico ainda frágil, apesar da redução do nível de resgates nas últimas semanas.

Se pudermos resumir tudo o que foi escrito até aqui e tentando ser o mais direto possível nas respostas às perguntas que foram feitas no início dessa Carta:

- O mercado de crédito está passando por uma correção normal em fins de ciclo de expansão monetária, mas entendemos que o cenário atual ainda não configure uma crise de crédito. Discorreremos mais sobre isso na próxima seção dessa Carta.
- Provavelmente teremos novos casos de default pelo caminho, o que é muito natural nesses momentos. Essa maior incerteza gera ótimas oportunidades para se comprar excelentes ativos com prêmios mais atraentes e que remuneram de forma muito mais adequada o risco tomado. Para se beneficiar desse momento, o ideal é ter uma estratégia de alocação que seja bastante seletiva para conseguir escapar das “granadas” que possam explodir pelo caminho.
- Acreditamos que ainda pode haver remarcações de spreads ao longo do próximo trimestre, mas entendemos que a alocação em ativos de altíssima qualidade já faz sentido. Essas empresas já sofreram com o processo inicial de abertura de taxas e o carregamento conseguido atualmente, atrelado ao potencial ganho de capital com fechamento de spreads, já justifica a alocação em empresas com boas métricas de crédito. Para as empresas que tiveram uma deterioração forte em seus balanços, acreditamos ser mais prudente aguardar.

Nas seções seguintes dessa Carta, iremos detalhar como nossos fundos estão se posicionando nesse momento desafiador.

Boa leitura!

ABRIL 2023

ROOT CAPITAL CRÉDITO HG PLUS

CENÁRIO DE CRÉDITO

O Brasil enfrentou um cenário econômico desafiador no primeiro trimestre de 2023, caracterizado por um ambiente de fraca atividade econômica, taxas de juros elevadas e restrição de liquidez no mercado financeiro. Contrariando as expectativas do mercado e do próprio governo federal de que o afrouxamento monetário poderia se tornar uma realidade no curto prazo, o Banco Central, conforme mencionado nas recentes atas do Comitê de Política Monetária (Copom), sinalizou que cortes de juros não são iminentes. A autoridade monetária deve aguardar a ancoragem das expectativas inflacionárias antes de iniciar o próximo ciclo de flexibilização da política monetária.

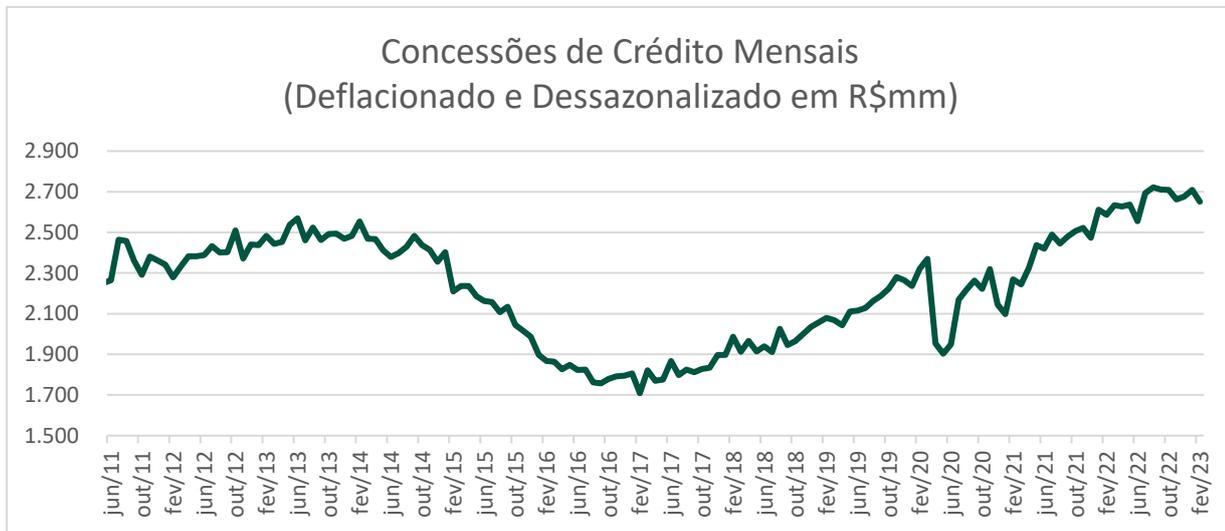
Tal cenário, no entanto, segue incerto. Por um lado, permanecem as dúvidas sobre os impactos do novo arcabouço fiscal no controle dos gastos públicos como instrumento para reduzir o déficit. De outro, o próprio Copom enfatizou nas suas atas a importância de se manter o crédito público e privado com spreads competitivos e sensíveis à taxa básica de juros, o que pode indicar preocupação com a possível deterioração do crédito que ainda não foi inteiramente precificada.

Esse ambiente econômico adverso tende a persistir ao longo de 2023, com decrescente, mas elevada inflação, taxas de juros possivelmente se estabilizando em um patamar alto tanto em mercados emergentes quanto desenvolvidos, e perspectivas de um Produto Interno Bruto (PIB) enfraquecido globalmente, dificultando investimentos, geração de caixa e a redução do endividamento das empresas.

Nesse contexto, o mercado de crédito sofreu desgastes ao longo do primeiro trimestre, corroborando o entendimento de que chegamos ao fim do ciclo de expansão no crédito, que vinha ocorrendo há alguns anos. Os dados mais recentes divulgados pelo Banco Central revelam que o sistema financeiro concedeu, em valores nominais, 24% a menos em novos empréstimos e financiamentos em fevereiro, em comparação a dezembro do ano passado. As concessões para clientes corporativos lideraram a desaceleração desse indicador, apresentando queda de 32%, totalizando R\$178,2 bilhões, enquanto empréstimos para pessoas físicas caíram menos, 15%, no mesmo período.

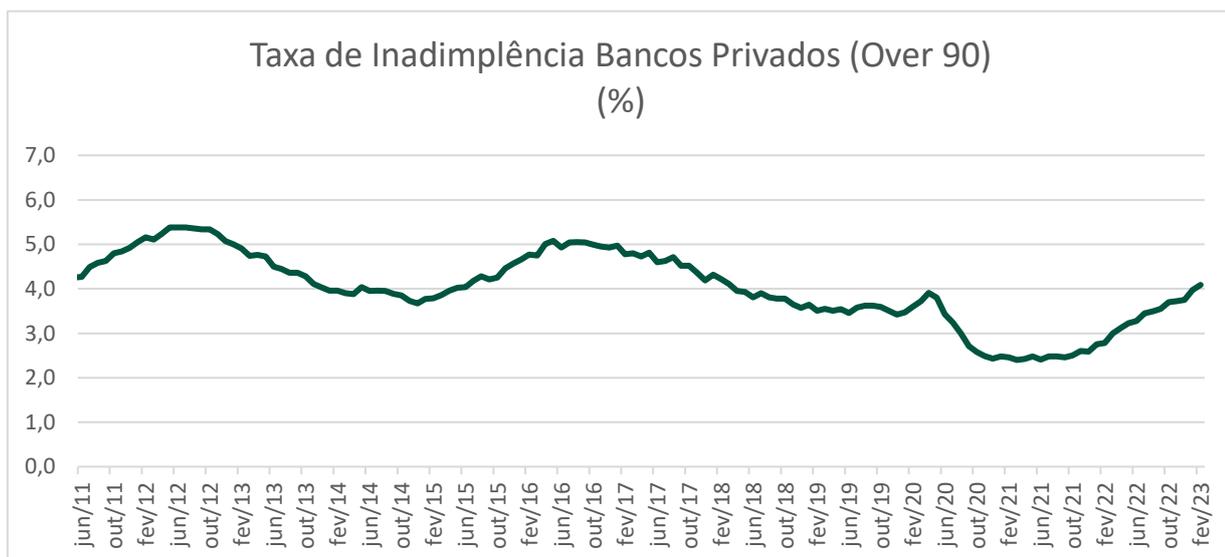
Embora esses dados sejam negativos, a análise do gráfico de Concessões de Créditos Mensais (abaixo), quando desinflacionado e dessazonalizado, permite observar uma história um pouco diferente. À exceção do período mais crítico da pandemia, tivemos uma expansão consistente do crédito desde 2016, atingindo o ápice da série histórica no segundo semestre de 2022. Dessa forma, em que pese a desaceleração recente, de -0,9% entre fevereiro desse ano e dezembro do ano passado (em termos desinflacionados e dessazonalizados), a situação atual parece divergir, pelo menos até agora, de uma crise de crédito como a vivenciada nos anos de 2015 e 2016, quando a

economia experimentou uma redução nas concessões de crédito da ordem de -29% entre setembro 2014 e setembro 2016.



Fonte: BCB

Da mesma forma, o momento delicado do ciclo econômico já vem se refletindo no comportamento dos índices de inadimplência. Segundo dados divulgados pelo Banco Central, a inadimplência da carteira de crédito das instituições privadas, em atraso há mais de 90 dias, aumentou cerca de 10% no mês de fevereiro, para 4,1%, em comparação aos valores de dezembro do ano anterior. Tal indicador segue uma trajetória ascendente desde o final de 2021, aproximando-se dos maiores níveis desde a pandemia, porém ainda aquém daqueles alcançados na última crise de crédito em 2015/16.

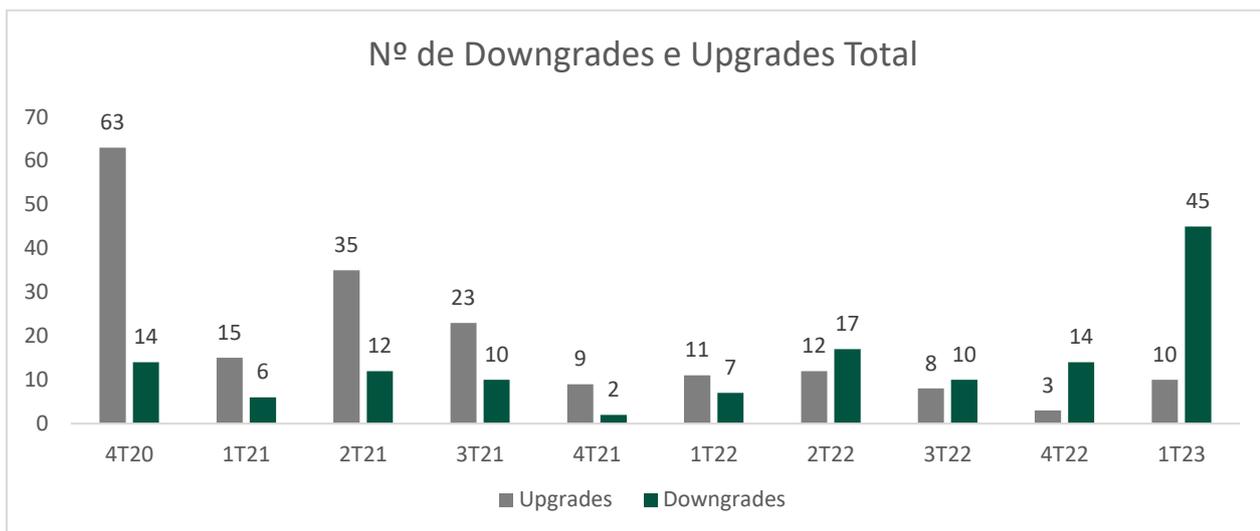


Fonte: BCB

Não há como negar que esse cenário sofreu alguns solavancos nos últimos dois meses por conta da recuperação judicial de Lojas Americanas e eventos de crédito similares com algumas grandes

empresas até então tidas como *investment grade*. A remarcação desses papéis nos fundos de crédito levou a perdas importantes para boa parte dos fundos, o que aumentou a quantidade de resgates no sistema e consequentemente levou a uma abertura de taxas generalizada. Os agentes de mercado, bancos e emissores, se retraíram, impactando a oferta de crédito no trimestre. Nesse período, constatou-se um mercado de emissões primárias menos aquecido, totalizando R\$36,5 bilhões, uma queda de 13% em comparação ao 4º trimestre de 2022, que somou R\$41,1 bilhões, segundo dados compilados pelo Banco Bradesco. No entanto, descontadas grandes emissões da CELG e da Soneva, que somaram R\$12,0 bilhões, a queda seria de 43%.

Esse menor acesso aos mercados para rolagem de dívidas por parte de companhias, muitas delas com necessidade imediata de liquidez, e a perspectiva de que as condições de crédito se tornem mais restritivas nos próximos meses, já vem fazendo com que as agências de rating intensifiquem os movimentos de *downgrade* dos ratings das companhias. O cenário adverso já levou ao total de 45 rebaixamentos de notas de empresas nesse primeiro trimestre, levemente abaixo do total de *downgrades* de todo o ano passado¹.



Com base nesses dados, a pergunta permanece: Estamos vivenciando uma desaceleração normal para fins de ciclo de crédito ou o início de uma crise aguda?

A resposta para essa pergunta dependerá da atuação dos agentes econômicos (Governo, BC, bancos públicos e privados) nos próximos meses, tanto com relação a implementação de medidas menos restritivas e inserção de liquidez na economia, quanto com a redução dos ruídos políticos e riscos de contágio. Mas acreditamos que ainda não estamos lá, e com a resposta correta dos agentes econômicos, os cenários mais catastróficos ainda podem ser evitados.

¹ Fonte: Banco Bradesco

ABRIL 2023

ROOT CAPITAL CRÉDITO HG PLUS

ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO

Não é de hoje que vimos alertando para o descompasso no mercado de crédito, onde desde o ano passado identificávamos uma relação retorno-risco pouco atraente nos mercados líquidos de debentures e letras financeiras. Esses prêmios, na nossa visão, não só não precificavam corretamente a piora nos balanços das empresas, que certamente aconteceria após um aumento substancial de juros, mas também passava ao largo das incertezas causadas pela troca de comando político e a falta de informações sobre as novas diretrizes econômicas, em especial o arcabouço fiscal.

Por conta disso, chegamos ao mês de janeiro com alocação mínima em papéis líquidos, e quase 65% da nossa carteira alocada em ativos estruturados, que nos proporcionavam um carregamento alto e baixa volatilidade. Nos meses de janeiro, fevereiro e março, quando estávamos no ápice das vendas forçadas que levaram a uma abertura maciça dos spreads de crédito, decidimos ficar de fora do mercado secundário e acompanhar de perto o desenrolar das remarcações nos papéis. Decidimos também, nesse período, limitar a alocação em novos FIDCs, enquanto a visibilidade sobre a deterioração nas carteiras não pudesse ser mapeada. Usamos esse período para intensificar o monitoramento dos ativos em carteira, e para identificar aqueles que gostaríamos de adquirir tão logo achássemos que o momento se tornou propício. Dessa forma, com captação positiva e recebimento de amortização de FIDCs, aumentamos substancialmente nossa alocação de caixa, que chegou a 25% do patrimônio líquido do Fundo ao final desse primeiro trimestre.

Como falamos na primeira parte dessa Carta, acreditamos estar iniciando o Estágio 2 de recuperação após o debacle de Lojas Americanas. Nesse momento, acreditamos que já faz sentido a aquisição de debêntures de empresas AAA e, também, a análise de FIDCs cujo lastro tem conhecido perfil de inadimplência e baixa volatilidade, como crédito consignado e consórcios, por exemplo.

Ao longo do início de abril, adquirimos debêntures de 8 novos emissores, todos com perfil de crédito de altíssima qualidade, o que já levou a parcela de caixa do Fundo para abaixo de 20%. Pretendemos seguir aumentando a parcela de ativos líquidos (debentures e LFs) nas próximas semanas, de forma gradual. Acreditamos que esses papéis poderão gerar um ganho de capital interessante para o Fundo nos próximos meses, conforme o mercado se estabilize mais. Importante frisar que não vendemos qualquer ativo nesse trimestre, e, portanto, toda abertura de spread nos ativos que temos em carteira está acumulada no carregamento do Fundo.

Do lado dos FIDCs, a parcela alocada reduziu para 46% do PL, mas já começamos a ver novas emissões no mercado primário, de emissores conhecidos, com níveis de spread bem mais atraentes do que aqueles em vigor pré-Americanas. No momento, estamos avaliando três novas emissões que poderão entrar no

portfólio ao longo dos próximos meses. Seguimos bastante exigentes em relação a pulverização e subordinação das carteiras, e mais do que nunca, focados em encontrar ativos com forte alinhamento de interesses entre os originadores dos créditos e investidores.

Hoje, estamos com 45 ativos na carteira do Fundo, próximo do nível de diversificação que consideramos ideal. Contamos com aproximadamente 46% do portfólio alocado em FIDCs, 25% em debêntures corporativas, 9% alocados em Letras Financeiras e o restante em caixa. O duration da carteira está em 1,72 anos.

Concluindo, como já havíamos alertado na última Carta, “não esperamos um passeio no parque ao longo desse primeiro semestre de 2023”, mas seguimos confiantes que o cenário desafiador atual traz grandes oportunidades para os nossos fundos de crédito capturarem retornos diferenciados. Apesar das incertezas no cenário internacional e local, buscamos montar o portfólio do HG PLUS de forma que sua performance seja agnóstica aos ciclos, com o objetivo de conseguir agregar valor mesmo em cenários mais adversos. Dessa forma, acreditamos que nosso portfólio está muito bem-preparado para navegar os próximos meses proporcionando um carregamento mais alto e uma baixa volatilidade para nossos investidores.

ABRIL 2023

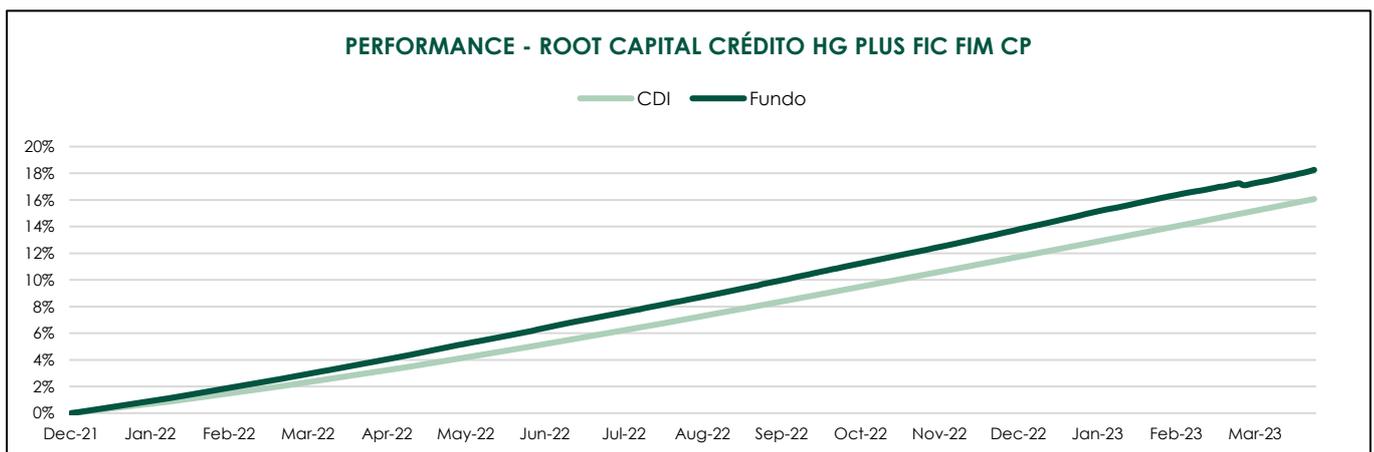
ROOT CAPITAL CRÉDITO HG PLUS

ANEXO

RENTABILIDADE²

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Ano	LTD	
2021	Retorno												0,0%	0,0%	0,0%
	CDI												0,0%	0,0%	0,0%
	%CDI												108,8%	108,8%	108,8%
2022	Retorno	1,0%	0,9%	1,1%	1,0%	1,2%	1,2%	1,1%	1,3%	1,2%	1,1%	1,1%	1,3%	14,5%	14,6%
	CDI	0,7%	0,7%	0,9%	0,8%	1,0%	1,0%	1,0%	1,2%	1,1%	1,0%	1,0%	1,1%	12,4%	12,4%
	%CDI	130,2%	126,4%	123,0%	121,5%	119,9%	118,2%	110,2%	108,1%	113,7%	109,5%	110,7%	115,7%	117,5%	117,5%
2023	Retorno	1,2%	0,9%	1,1%										3,2%	18,3%
	CDI	1,1%	0,9%	1,2%										3,3%	16,1%
	%CDI	110,1%	94,8%	90,6%										98,6%	113,6%

PERFORMANCE³⁴



COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA



ATRIBUIÇÃO DE PERFORMANCE

	1T23	2023	LTD
FIDCs Abertos	59,0	59,0	375,2
FIDCs Fechados	158,5	158,5	966,0
Debêntures	28,2	28,2	106,3
Letras Financeiras	35,4	35,4	134,3
Caixa	64,1	64,1	282,0
Outros	-24,7	-24,7	-38,1
Total	320,5	320,5	1825,6

^{2,6} Fonte CDI: Banco Central do Brasil

⁴ Root Capital Crédito HG PLUS FIC FIM CP CNPJ: 42.405.028/0001-59

DISCLAIMER

Este documento foi produzido pela Root Capital Gestão de Recursos Ltda. ("Root Capital" ou "Gestor(a)"), na qualidade de gestora do

Root Capital Crédito HG Plus FIC FIM CP ("Fundo") – CNPJ: 42.405.028/0001-59. Em 25 de maio de 2022, a Assembleia Geral de Cotistas aprovou a mudança da gestão do fundo para a Root Capital Gestão de Recursos Ltda., sendo tal modificação vigente a partir de 03 de junho de 2022. As informações aqui contidas foram produzidas pela Root Capital, na qualidade de gestora do Fundo, sendo certo que possuem caráter exclusivamente informativo, não se caracterizando como recomendação, oferta ou solicitação de investimento ou desinvestimento em ativos financeiros, tampouco recomendação para compra e venda de cotas do Fundo, cujas características poderão não se adequar ao perfil do investidor, nos termos da Resolução CVM nº 30 de 11 de maio de 2021. O Regulamento está disponível em <https://web.cvm.gov.br/app/fundosweb/#/consultaPublica> (neste website, buscar pelo nome do fundo e CNPJ para acessar os documentos do Fundo). A Root Capital não comercializa nem distribui cotas de fundos de investimento ou qualquer outro ativo financeiro.

Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de tributos e taxa de saída, se aplicável, no caso de resgate antecipado. Fundos de investimento não contam com garantia do Administrador, do Gestor, ou de qualquer mecanismo de seguro ou Fundo Garantidor de Crédito – FGC. Investimentos nos mercados financeiro e de capitais estão sujeitos a riscos de perda superior ao valor total do capital investido. A decisão de investimento em Cotas do Fundo é de exclusiva responsabilidade do investidor e demanda complexa e minuciosa avaliação da estrutura do Fundo, bem como dos riscos inerentes ao investimento. Recomenda-se que os potenciais investidores avaliem, juntamente com sua consultoria financeira e jurídica, até a extensão que julgarem necessário, os riscos de liquidez e outros associados a esse tipo de ativo. É recomendada a leitura cuidadosa pelo investidor antes de investir seus recursos do formulário de informações complementares, da lâmina de informações essenciais se houver, do prospecto e do regulamento do fundo de investimento, em especial o capítulo que trata dos "Fatores de Risco". Apesar do cuidado utilizado tanto na obtenção quanto no manuseio das informações apresentadas, a Root Capital não se responsabiliza pela publicação acidental de informações incorretas, nem tampouco por decisões de investimento tomadas com base nas informações contidas neste documento, as quais podem inclusive ser modificadas sem comunicação. A Root Capital não assume qualquer compromisso de publicar atualizações ou revisões das informações aqui contidas. Este documento não deverá, em qualquer hipótese, ser definido ou interpretado como sendo um relatório de análise nos termos dos artigos 19 a 24 da Resolução CVM nº 20, de 25 de fevereiro de 2021, por se tratar de natureza meramente informativa, constituindo tão somente a opinião da Root Capital sobre os assuntos abordados pelo presente.

Administrador: BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CNPJ: 02.201.501/0001-61), Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Rio de Janeiro/RJ. SAC: sac@bnymellon.com.br ou (21) 3219-2600, (11) 3050-8010, 0800 725 3219. Ouvidoria:

www.bnymellon.com.br ou 0800 725 3219 – Caixa Postal 140, CEP 20030-905 – Rio de Janeiro, RJ. Gestor: Root Capital Gestão de Recursos Ltda.

(CNPJ: 11.397.040/0001-35), Sede: Rua Francisco Sa, 23, 13º Andar – Sala 1305, Rio de Janeiro/RJ | Filial: Rua Iguatemi, 151, 17º Andar, São Paulo/SP. Para informações adicionais, consulte o site do Gestor (www.rootcapital.com.br) ou entre em contato com a área de Relações com Investidores (contato@rootcapital.com.br).

Data de Início: 30/12/2021

Aplicação Mínima: R\$ 50.000,00 | R\$ 5.000,00 (plataforma)

Taxa de Administração:

1,04% a.a. sobre PL do fundo. Essa taxa constitui a taxa de administração mínima do FUNDO, ou seja, não compreende as taxas de administração dos fundos investidos. Além da taxa de administração mínima, o FUNDO estará sujeito, ainda, às taxas de administração, performance, ingresso ou saída e taxas de qualquer outra natureza cobradas pelos fundos investidos.

Taxa de Performance: 20% sobre o que exceder a variação do CDI

Taxa de Saída: Não há

Solicitação de Movimentação: Até às 14h30

Tributação: Longo Prazo

Tipo de Cota: Fechamento

Resgates: Cotização em D+59 e liquidação em D+1 (úteis)

Aplicações: Cotização e liquidação em D0

Gestor: Root Capital Gestão de Recursos Ltda.

Custodiante: BNY Mellon Banco S.A.

Administrador: BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.

Auditor: KPMG Auditores Independentes

Classificação Anbima: Multimercados Macro

PL Médio 12 Meses: R\$ 52,922,178

PL Atual (31/03/2023): R\$ 104,245,609

Público-Alvo: Investidor Qualificado

Objetivo do Fundo: Buscar proporcionar retornos superiores ao rendimento do CDI, por meio do investimento de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos seus recursos em quotas de fundos de investimentos, nos termos previstos no regulamento do Fundo.

